CULTURA AFRO-BRASILEIRA: E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA CRISTINA SILVA DOS SANTOS PURCINO

RESUMO
O estudo das culturas africana, afro-brasileira e indígena na educação infantil é fundamental para a formação de cidadãos conscientes da diversidade e riqueza cultural do Brasil. Ao integrar esses conhecimentos desde cedo, as crianças aprendem a valorizar as contribuições históricas, sociais e artísticas desses povos, fortalecendo sua compreensão sobre a pluralidade cultural do país. Esse processo educativo amplia o respeito às diferenças e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e menos preconceituosa, onde as tradições e saberes desses grupos são reconhecidos como parte essencial da identidade nacional. Além disso, a inserção das culturas africana, afro-brasileira e indígena na educação infantil estimula o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças, promovendo um aprendizado mais diversificado e dinâmico. Ao vivenciar histórias, músicas, brincadeiras e rituais dessas culturas, os alunos desenvolvem empatia e uma visão mais ampla do mundo. Esse aprendizado também contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, formando indivíduos capazes de valorizar as diferenças e de participar ativamente na luta pela igualdade e justiça social. Este artigo aborda a legislação relacionada ao estudo das culturas Indígena, Africana e Afro-brasileira nas escolas, com foco especial na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, devido ao seu notável empenho em tratar dessas temáticas, incluindo a oferta de cursos de capacitação para docentes nas Diretorias Regionais de Educação (DREs). A pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica e na análise da legislação pertinente, com o objetivo de destacar os desafios que ainda persistem nas escolas quanto à implementação dessas temáticas, desde a Educação Infantil. A criatividade, a sensibilidade, a ludicidade, a arte e a técnica, entre outros aspectos, são elementos centrais nas relações cotidianas, contribuindo para a compreensão do ser humano em sua totalidade e complexidade. Assim, este artigo busca explorar o tema por meio de uma revisão da literatura. Os resultados indicam que, embora haja avanços, ainda existem desafios nas escolas, reforçando a importância da correta aplicação da legislação para garantir que as crianças tenham acesso a esse conhecimento.

Palavras-chave: Cultura Indígena; Cultura Africana; Cultura Afro-brasileira; Legislação.

INTRODUÇÃO

A cultura africana desempenhou, e ainda desempenha, um papel significativo na formação da cultura brasileira, estando profundamente incorporada em diversos aspectos da sociedade. Sua influência começou com a chegada dos escravizados africanos trazidos ao Brasil durante o período do tráfico negreiro. A diversidade cultural africana está diretamente relacionada à variedade de etnias dos escravizados, cada uma com sua própria língua e tradições distintas, o que resultou na contribuição de um vasto repertório cultural ao Brasil.

Apesar dos séculos de sofrimento, os africanos mantiveram suas raízes culturais vivas, enriquecendo a cultura brasileira em várias esferas, como a dança, a música, a religião, a culinária e até mesmo o idioma. Essa influência é perceptível em diversas regiões do país, como Bahia, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

A música brasileira, por exemplo, foi fortemente influenciada pela cultura africana, com gêneros como o lundu, que serviu de base rítmica para o maxixe, samba, choro, entre outros. Instrumentos musicais como o berimbau, o afoxé e o agogô também têm suas origens na matriz africana.

Por outro lado, a cultura indígena no Brasil ganhou maior visibilidade com a promulgação da Lei Federal nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de Educação Básica. Até então, a história indígena era frequentemente retratada de maneira superficial e estereotipada,

através de imagens e narrativas contidas nos livros escolares, focando principalmente no "descobrimento" do Brasil, seguido pela colonização, catequização e escravidão.
Este artigo tem como objetivo discutir os desafios enfrentados pelas escolas, com destaque para as ações da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, no sentido de promover e disseminar essas culturas entre os estudantes. A pesquisa segue uma abordagem indutiva e descritiva, utilizando-se de pesquisa documental para análise.
A relevância deste estudo reside na necessidade de integrar a diversidade cultural não apenas no Ensino Fundamental e Médio, mas também na Educação Infantil. Dessa forma, torna-se imperativo desenvolver práticas pedagógicas que valorizem as culturas Indígena, Africana e Afro-brasileira, não apenas pela sua riqueza, mas também como um meio de combater a exclusão, discriminação, racismo e preconceito.
O objetivo geral deste trabalho é discutir como a legislação referente a essas culturas está sendo aplicada nas escolas. Como objetivo específico, busca-se demonstrar as iniciativas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e as ações que vêm sendo implementadas em relação a esse tema.

LEGISLAÇÃO E A SOCIEDADE BRASILEIRA

A sociedade brasileira foi profundamente influenciada por um regime escravocrata e uma perspectiva eurocêntrica dominante. Após o fim da escravidão, como uma tentativa de minimizar e corrigir os erros históricos, o Conselho Nacional de Educação (CNE) implementou modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), por meio da Lei nº 10.639/03 (SILVA, 2007).
O Parecer CNE/CP 003/04 estabeleceu as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana", vinculando essa diretriz à Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino desse conteúdo em todas as escolas brasileiras, independentemente da rede de ensino.
Verrangia e Silva (2010) argumentam que a promulgação da lei foi essencial para promover aprendizagens significativas, trocas de experiências, a quebra de paradigmas e a criação de projetos que visassem ao desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e justa.
Nesse contexto, a escola assumiu um papel central, sendo crucial para que as culturas Indígena, Africana e Afro-brasileira fossem ensinadas de maneira autêntica, sem distorções, e que se enfatizassem as contribuições desses povos para a formação da sociedade brasileira.
O artigo 79-B da Lei nº 9.394, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também determinou que o dia 20 de novembro seja incluído nos calendários escolares como o Dia Nacional da Consciência Negra, obrigando as escolas a incorporarem essa data em suas programações pedagógicas.
No âmbito municipal, especialmente na cidade de São Paulo, foi elaborado o documento Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnico-Racial (2008), desenvolvido pela Prefeitura da Cidade de São Paulo e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece orientações específicas para a educação étnico-racial nas escolas da rede municipal.
Nesse sentido:

> [...] A necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação das relações étnico-raciais positivas a que tais conteúdos devem conduzir (Parecer CNE n° 003/2004, p.1-2).

A educação no município de São Paulo adota a legislação referente ao ensino da cultura africana e afro-brasileira, demonstrando um claro compromisso com as questões étnico-raciais em toda a sua rede. Desde a promulgação da Lei nº 10.639/03, que modificou a Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Secretaria Municipal de Educação (SME) tem implementado diversas iniciativas para integrar essa temática ao cotidiano das escolas.
Há quinze anos, em 2005, a SME ofereceu o curso *História e Cultura Afro-brasileira – Ensinar e Aprender na Diversidade*, ministrado pelo Museu Afro-Brasil, proporcionando

formação para 150 professores da rede municipal. No ano seguinte, em 2006, o *Projeto A Cor da Cultura* foi lançado, alcançando 450 educadores e distribuindo materiais audiovisuais e apostilas para 119 escolas. Além disso, a SME promoveu a *Mostra do Cinema Negro e Indígena*, com o objetivo de fomentar debates e discussões sobre a temática étnico-racial.

O ano de 2008 marcou um avanço significativo nas discussões étnico-raciais na Prefeitura, com a produção e publicação do material *Orientações Curriculares: Expectativa de Aprendizagem para a Educação Etnicorracial*. Em 2009, foi promovida a formação continuada em Educação Etnicorracial (ERER) para educadores e gestores das unidades escolares pertencentes às Diretorias Regionais de Educação da Zona Sul e Leste.

Em 2010, a SME encaminhou à Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação o Ofício nº 054/10, contendo o Relatório das Ações da Secretaria Municipal de Educação relativas à Educação Etnicorracial, com base nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Esse relatório foi elaborado conforme os eixos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

A partir disso, a portaria SME nº 4.738/09, de 19/10/2010, criou o Grupo de Educação para a Diversidade Étnico-Cultural e Racial. Esse grupo tem como função elaborar propostas pedagógicas que promovam a compreensão e o respeito à diversidade étnico-cultural e racial, implementar políticas públicas que favoreçam a construção da identidade da população indígena, negra e de outros grupos historicamente discriminados, e garantir a equidade.

Além disso, o grupo promove cursos de formação étnico-racial para todos os membros da equipe escolar, organiza seminários, exposições e simpósios, desenvolve pesquisas e materiais de apoio, e acompanha e avalia os resultados de projetos realizados em parceria com outras secretarias municipais.

No que diz respeito à comunidade indígena, a Lei nº 11.645/08 tornou obrigatório o ensino da história e cultura indígena nas escolas de Educação Básica. Essa medida visa uma reparação histórica e cultural, promovendo um debate profundo sobre a valorização da contribuição indígena na cultura brasileira e nos contextos acadêmicos (LUCIANO, 2006).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabeleceu políticas sustentáveis para promover a diversidade e instrumentalizar mudanças nas práticas pedagógicas e nas relações interculturais. No entanto, ainda é necessário reconhecer que essa agenda encontra pouca ressonância nas práticas pedagógicas concretas (BRASIL, 2002).

Assim, fica claro que:

> Esse índio, objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares, é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como alegria, ingenuidade, liberdade. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígenas em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira (BONIN, 2008, p. 318).

Candau e Moreira (2008), no texto “Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas”, abordam os desafios que as escolas enfrentam ao lidar com questões para as quais não estão devidamente preparadas. O que se observa, na prática, é um silêncio nas instituições de ensino em relação a esses temas, quando, na verdade, deveriam ocorrer discussões e debates sobre a diversidade sociocultural:

> Esta preocupação supõe o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, dos diversos saberes e práticas, e a afirmação de sua relação com o direito à educação de todos/as. Reconstruir o que consideramos 'comum' a todos e todas, garantindo que nele os diferentes sujeitos socioculturais se reconheçam, garantindo assim que a igualdade se explicite nas diferenças que são assumidas como comum referência, rompendo assim com o caráter monocultural da cultura escolar (CANDAU, 2011, p. 28).

Ou seja, a Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo demonstra uma clara preocupação com as questões étnico-raciais, promovendo debates, encontros, cursos, formações, materiais e projetos que integram efetivamente a disseminação dessas culturas na prática escolar.

E A EDUCAÇÃO INFANTIL?

A escola desempenha um papel essencial na educação dos estudantes sobre as diversidades étnicas, de raça, gênero, religião, origem, entre outras. Isso se torna ainda mais relevante em uma sociedade multicultural que ainda enfrenta desafios para aprender a conviver e respeitar suas diferenças.

A família desses estudantes também é parte fundamental desse processo, pois sua visão e valores, transmitidos no ambiente familiar, influenciam diretamente a formação das crianças. Muitas vezes, isso gera um hibridismo cultural, resultando em confusão para a criança entre o que aprende na escola e o que vivencia em casa:

As lógicas socializadoras das famílias, especialmente as das camadas populares, e das escolas são divergentes e muitas vezes contrastantes: para compreender as relações entre as famílias populares e a escola, é preciso levar em conta o fato de que essas relações colocam em jogo maneiras de estar com as crianças, maneiras de examinar as aprendizagens, maneiras de comunicar, ou, ainda, maneiras de regular os comportamentos juvenis ou infantis (BARBOSA, 2011, p. 12).

Por isso, trabalhar a diversidade cultural desde a Educação Infantil é fundamental. Uma prática pedagógica que valorize as culturas indígena, africana e afro-brasileira, reconhecendo sua riqueza histórica, contribui para combater a discriminação e o preconceito, além de promover equidade, respeito e reconhecimento por parte das crianças.

Assim, o docente pode abordar esses temas por meio de atividades e projetos que ajudem a desenvolver, desde cedo, o respeito às diferenças (COSTA, 2018).

Segundo o autor, no artigo intitulado "A importância da cultura indígena na Educação Infantil: Relato de prática pedagógica", é fundamental discutir a diversidade cultural na Educação Infantil. Propostas pedagógicas voltadas à valorização da cultura indígena não só favorecem sua difusão, mas também reduzem a exclusão, discriminação, racismo e preconceito. Os docentes da Educação Infantil devem se empenhar em projetos que incentivem a aceitação e o respeito às diferenças, independentemente de raça, gênero, etnia, cultura ou religião.

O professor pode contribuir para o ensino das culturas africana, afro-brasileira e indígena por meio da literatura, utilizando livros, contos e histórias que abordem essas identidades culturais. Isso ajuda a desenvolver nas crianças a compreensão de que essas histórias fazem parte das raízes que constituem o povo brasileiro.

Na Educação Infantil, o ato de cuidar e educar deve incluir atividades planejadas que estimulem a imaginação, curiosidade, empatia e respeito, reconhecendo as crianças como agentes ativos no processo de aprendizagem. Elas são plenamente capazes de entender e respeitar as diferenças existentes entre os grupos sociais que conhecem.

No entanto, o que muitas vezes se observa nas escolas são abordagens limitadas a datas comemorativas, que tratam de forma simplificada ou até equivocada o vasto legado que essas culturas deixaram na sociedade brasileira.

Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, por exemplo, existe o Agosto Indígena. Em 2018, foi realizado um seminário que destacou o protagonismo indígena em diversas áreas – histórica, social e política – com o objetivo de incluir de maneira efetiva no currículo escolar a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Ainda em 2018, a Secretaria Municipal de Educação promoveu a III Mostra Cultural Agosto Indígena, celebrando a cultura indígena nas unidades educacionais da rede. No Centro Educacional Infantil (CEI) Cidade Dutra, pertencente à Diretoria Regional de Ensino (DRE) Capela do Socorro, os trabalhos realizados com os professores incluíram pesquisas sobre os valores culturais indígenas, culminando em exposições e festas te-

máticas.
Em 2019, foi realizado o Festival do Jogo da Onça e Outras Brincadeiras Indígenas, cuja proposta foi aprimorar atitudes, habilidades e competências, promovendo a integração e o intercâmbio das crianças, além de ampliar as oportunidades de socialização, autoestima e integração social e cultural.
Diante disso, o docente da Educação Infantil deve repensar sua prática pedagógica, buscando incluir diferentes elementos que permitam às crianças não só observar, mas também interagir com esses temas. É essencial que aprendam desde cedo que, além de sua própria cultura, existem outras que devem ser valorizadas e reconhecidas, pois as contribuições indígenas, africanas e afro-brasileiras são fundamentais na formação da identidade brasileira:

[...] estudar uma sociedade sem estudar a criança dessa sociedade resulta um estudo Incompleto. A criança vive e se expressa dentro de limites e até amplitudes que lhe são próprios, que tem zonas de intersecção com os limites e amplitudes do adulto com o qual convive. A criança não é uma versão reduzida do adulto nem este é uma versão ampliada da criança. (NUNES, 2002, p. 275-276).

A infância é uma fase em que as crianças aprendem de forma lúdica, por meio de brincadeiras, imitação dos mais velhos, participação em tradições orais, atividades do cotidiano e rituais próprios de sua cultura. Dessa maneira, elas assimilam as regras para o convívio social. No caso das crianças indígenas, suas relações com a comunidade são percebidas e valorizadas ao longo das vivências nas aldeias, onde são ensinadas com base em perspectivas de tolerância, paciência e bom humor.
Essas práticas garantem a integridade da cultura indígena, não apenas nos espaços voltados à Educação Infantil, mas também no Ensino Fundamental.

ENSINO DE HISTÓRIA
Nesse contexto, o ensino de História, contextualizado no currículo, segundo Bittencourt (1998), foi um processo de redemocratização da educação após o período da ditadura militar, que teve início na década de 1980. Esse período trouxe debates sobre quais conteúdos deveriam compor o novo currículo da disciplina.
A definição de que o conteúdo deveria ser pautado em uma nova produção sociocultural trouxe a necessidade de que o estudante compreenda a História não como uma verdade absoluta, mas como uma ferramenta para entender os acontecimentos, mudanças e a sociedade em que vivemos. Isso inclui o reconhecimento de múltiplas perspectivas sobre um mesmo fato.
Para que esse entendimento seja alcançado, o professor deve promover a autonomia do aluno, incentivando a formulação de hipóteses, a leitura e reflexão crítica, a busca pela contextualização e a comparação entre diferentes períodos e realidades. Essas práticas ajudarão a desenvolver habilidades e competências que transformem o estudante em um cidadão crítico e consciente das situações adversas que o mundo enfrenta.
O ensino de História deve ser percebido como um elemento essencial na formação da cidadania. Ele deve abranger a responsabilidade social e fomentar a criticidade por meio de todas as formas possíveis. O estudo dos contextos históricos, tanto internacionais quanto nacionais, permite ao estudante perceber-se como parte desse cenário, compreendendo os processos que moldaram a civilização e que culminaram nos resultados que vemos atualmente.
De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e atualmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é necessário alterar a visão do ensino de História como algo passivo e meramente obrigatório. Deve-se buscar práticas diferenciadas que despertem a curiosidade do estudante e promovam debates, trocas de experiências, projetos, contextualização e interdisciplinaridade. Isso reforça a ideia de que a história está interligada a outras disciplinas e está sempre presente no cotidiano.
Além disso, no ensino de História atual, não cabe mais trabalhar com métodos tradicionais baseados apenas na oralidade e no uso exclusivo de livros didáticos. A sociedade do conhecimento demanda que os docentes

utilizem diferentes formas de expressão e recursos. Isso inclui o uso de letras de músicas, cartazes, artigos científicos, textos variados, jornais, documentários, fotografias, gravuras, filmes e outros materiais que possam enriquecer as aulas e despertar a curiosidade, estimulando a participação ativa dos alunos.

Em relação ao material didático, é comum observar, no contexto escolar, que muitos professores escolhem livros didáticos baseando-se principalmente nas gravuras e imagens que eles contêm, sem uma análise profunda do conteúdo em si. Embora as imagens sejam importantes para ilustrar e contextualizar o que está escrito, é fundamental refletir se elas realmente transmitem o que se deseja que o estudante compreenda.

Ou seja, é necessário questionar conscientemente as imagens a serem trabalhadas, refletindo sobre sua origem, significado e os objetivos para os quais foram escolhidas:

Fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante dos olhos é uma das tarefas urgentes da escola e cabe ao professor criar as oportunidades, em todas as circunstâncias, sem esperar a socialização de suportes tecnológicos mais sofisticados para as diferentes escolas e condições de trabalho que enfrenta, considerando a manutenção das enormes diferenças sociais, culturais e econômicas pela política vigente (BITENCOURT, 2003, p. 89).

Outra maneira de aprimorar o ensino de História é incentivar os estudantes a realizarem pesquisas, desenvolvendo e apresentando os resultados em seminários e trabalhos em grupo. Esse processo não só aprofunda o conteúdo histórico, mas também estimula o desenvolvimento de habilidades como o uso de tecnologias, permitindo que os alunos criem materiais em diversos formatos, como slides, vídeos, mapas conceituais, entre outros.

Além disso, projetos envolvendo ludicidade podem ser incorporados ao ensino de História. Brincar é uma das formas mais naturais de aprendizado e desenvolvimento humano, e no Ensino Fundamental muitos alunos ainda sentem falta das brincadeiras que faziam parte da Educação Infantil. Segundo Ide, o uso de atividades lúdicas é fundamental para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes:

O jogo não pode ser visto, apenas como um divertimento ou brincadeira para gastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral (....). As crianças ficam mais motivadas a usar a inteligência, pois querem jogar bem: sendo assim, esforçam-se para superar obstáculos, tanto cognitivos quanto emocionais. Estando mais motivadas durante o jogo, ficam também mais ativas mentalmente (IDE, 1993, p. 96).

Outra ideia bastante interessante, que pode ser aplicada no ensino de História e ainda desperta o interesse dos estudantes, é o uso da música no contexto escolar. A música torna as aulas mais dinâmicas e, através de suas letras, é possível contextualizar momentos históricos, como os que o país viveu em determinadas épocas.

Além disso, o ensino por projetos pode ser uma ferramenta poderosa para abordar a História, e as questões étnico-raciais são um excelente exemplo de tema que pode ser explorado dessa forma. Historicamente, o ensino de História focava em uma perspectiva eurocêntrica, retratando negros e indígenas de forma estereotipada, muitas vezes como "inferiores", e enfatizando os aspectos negativos vividos por eles durante a colonização portuguesa (BARBOSA e HORN, 2008).

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o ensino étnico-racial passou a promover aprendizagens mais significativas, destacando as contribuições dessas culturas e buscando construir uma sociedade mais justa e igualitária.

No ensino tradicional, a história dos indígenas era contada principalmente por meio de livros didáticos, que retratavam o descobrimento do Brasil e os povos indígenas nativos sob a ótica da colonização, catequização e escravidão.

Assim:

[...] predominavam nos livros didáticos de história narrativas que abordavam os povos

indígenas como representantes do passado, só aparecendo como primeiros habitantes do Brasil, concepções responsáveis pela formação de muitas gerações escolares (BERGAMASCHI e GOMES, 2012, p. 56).

A abordagem do tema é fundamental para minimizar a ocorrência de racismo, desrespeito e discriminação. Portanto, é essencial que as escolas promovam debates sobre essas questões para ajudar os alunos a compreenderem sua história social e cultural, conhecendo melhor seu contexto e aprendendo a valorizar o outro.
O processo é complexo e deve considerar, entre outros aspectos, os conhecimentos prévios dos estudantes. Eles se desenvolverão plenamente ao participarem ativamente, vivenciarem experiências, sentirem, agirem e resolverem problemas. O que permanece é o impacto das experiências vividas, os desafios enfrentados e as ações tomadas (MARTINS, 2007).

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada demonstra que as Culturas Indígena, Africana e Afro-brasileira devem e estão, em certa medida, sendo valorizadas nas escolas. No entanto, para que essa valorização seja efetiva, é crucial a contribuição da comunidade, que deve reconhecer a riqueza dessas culturas e entender que seu estudo pode enriquecer não apenas a formação cultural, mas também a social dos alunos.
Ainda há muitos desafios a serem enfrentados, e o preconceito e a discriminação persistem, mesmo com a existência de legislação adequada. Por isso, é fundamental discutir a diversidade cultural desde a Educação Infantil. Propostas pedagógicas que valorizem a cultura indígena, por exemplo, não apenas ajudam a disseminar esse conhecimento, mas também podem contribuir para a redução ou eliminação da exclusão, discriminação, racismo e preconceito.
Portanto, é de extrema importância trabalhar esses temas na Educação Infantil através de projetos que promovam a aceitação e o respeito às diferenças, independentemente de raça, gênero, etnia, religião ou cultura.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L.M.A. (Org.). Relações Étnico-Raciais em Contexto Escolar:
fundamentos, representações e ações. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 71 p.

BARBOSA, M.C.H; HORN, M.G. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. -Porto Alegre: Artmed, 2008.

BECKER, F. O que é construtivismo. Ideias, São Paulo, n. 20, p. 87-93,
1993.

BERGAMASCHI, M.A. Povos indígenas e Ensino de História: a Lei Nº 11.645/2008: como caminho para a interculturalidade. In, BARRASO, Vera Lucia Maciel. et. al. (Orgs.). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre, Estação Exclamação/ANPUH-RS, 2010, p. 151-166.

BITTENCOURT, C (org.). O saber histórico na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BITTENCOURT, C.M.F. Propostas curriculares de história:
Continuidades e transformações. In: Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras[S.l: s.n.], 1998.

BONIN, I.T. Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura infantojuvenil que chega às escolas? In: SILVEIRA, Rosa Hessel (Org.). Estudos culturais para professor@s. Canoas: Editora da Ulbra, 2008. Disponível em: http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss16_04.pdf Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 2002.

CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. In, CANDAU, Vera Maria (Org.). Diferenças culturais e educação: construindo caminhos. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2011, p. 13-34.

CANDAU, V.M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In, MOREIRA, Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria, (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 13-37.

COSTA, J.C.S.C. "A importância da valorização da cultura indígena na educação infantil: relato de prática pedagógica". In: ANAIS DO CONGRESSO INFANTIL DE EDUCAÇÃO INFANTIL / CONGRESSO DE CRECHES UNIVERSITÁRIAS DA AMERICA LATINA E CARIBE/UDUAL, 2016. Anais eletrônicos... Campinas, GALOÁ, 2018. Disponível em: https://proceedings.science/coneinf-concuni/trabalhos/a-importancia-da-valorizacao-da-cultura-indigena-na-educacao-infantil-relato-de-pratica-pedagogica. Acesso em: 14 set. 2024.

IDE, S.M. O jogo e o fracasso escolar. In: KISHIMOTO,Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 8. ed. São Paulo. 2005. p. 89.

LUCIANO, G.S. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: SECADI/LACED, 2006.

MARTINS, J.S. Projetos de pesquisa: Estratégias de ensino em sala de aula. 2ed. Campinas: Armazém do Ipê (autores Associados), 2007. 184 p.

NUNES, Â. O lugar da criança nos estudos sobre sociedades indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes da et al. (Orgs.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

SILVA, P.B.G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 489-506, 2007.

VERRANGIA, D.; SILVA, P.B.G. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010.

_____. Parecer CNE nº 201/10 - Prefeitura de São Paulo. Disponível em:http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fRF9xSale4cJ:www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/Par_CME_201-10.doc+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 13 set. 2024.